



INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 20/2021/TCMPA, de 01 de dezembro de 2021.

EMENTA: *DISCIPLINA A METODOLOGIA DE ACOMPANHAMENTO DO CUMPRIMENTO DAS METAS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, COM ÊNFASE DAS METAS 1B E 2A, PELO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ A PARTIR DO EXERCÍCIO 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

O **TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma do art. 2º, II, da Lei Complementar n.º 109, de 27 de dezembro de 2016 e dos artigos 3º e 4º, do Regimento Interno (Ato n.º 23/2020), por intermédio desta Instrução Normativa de cumprimento obrigatório;

CONSIDERANDO o exercício pelo controle externo das atribuições institucionais dispostas nos artigos 31, 70 a 75 da Constituição Federal de 1988 (CF/88) quanto a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, e ao cumprimento do dispositivo legal da aplicação dos recursos públicos destinados à educação (art. 212 da CF/88);

CONSIDERANDO a missão institucional do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará de Fiscalizar os atos de gestão da receita e da despesa pública, no que se refere aos aspectos contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial, quanto à legitimidade, legalidade, economicidade e razoabilidade (artigo 1º, inciso IV da Lei Orgânica nº 106/2016/TCMPA);

CONSIDERANDO as diretrizes nacionais da educação brasileira consubstanciadas na Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, Plano Nacional de Educação - PNE (em cumprimento ao art. 214 da CF/1988), que estabeleceu metas e estratégias para o período de 2014 a 2024 as quais que deverão ser observadas pelos gestores quando da elaboração dos seus planos municipais de educação;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais dispostos no art. 206 da CF/88 e sua efetivação garantida nos termos do art. 212 e 212-A, que estabelece aplicação mínima na manutenção e desenvolvimento do ensino;

CONSIDERANDO que o não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente (art. 208, § 2º da CF/88 e art. 54, § 2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA);

CONSIDERANDO que o PNE previu estratégia específica de colaboração entre o Ministério da Educação, as Secretarias de Educação dos Estados e dos Municípios e os Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios visando fortalecer os mecanismos e os instrumentos de controle da utilização dos recursos públicos aplicados em educação (estratégia 20.4);

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar e regulamentar os critérios para fiscalização e acompanhamento dos Planos Municipais de Educação - PME, a cargo do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, com base nas orientações emanadas pela Resolução ATRICON nº 03/2015, perante os Poderes Municipais jurisdicionados;



CONSIDERANDO a Nota Recomendatória n.º 01/2021-ATRICON/IRB/ABRACOM/ CNPTC/AUDICON, que recomenda aos Tribunais de Contas brasileiros, a adoção de medidas de orientação, acompanhamento e fiscalização voltadas ao atingimento tempestivo de metas do Plano Nacional de Educação/PNE e ao cumprimento do marco legal da primeira instância pelos municípios.

RESOLVE: Aprovar metodologia de Acompanhamento dos Planos Municipais de Educação, como ação de controle que contribuirá para o alcance das metas 1B e 2A e seu efetivo cumprimento, nos seguintes termos:

CAPÍTULO I **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º. Fica instituída, no âmbito do TCM PA, metodologia de Acompanhamento dos Planos Municipais de Educação, com a finalidade de acompanhar e avaliar sua plena execução, observando os seguintes pontos:

I - a compatibilidade com o Plano Nacional de Educação;

II - a priorização nos orçamentos de consignação de dotações orçamentárias que permitirá o alcance das metas e sua execução de acordo com os objetivos, metas e indicadores estabelecidos para o período de 2021-2024.

Art. 2º. O acompanhamento do Plano Municipal de Educação a que se refere o art. 1º desta Instrução Normativa terá como foco, nos exercícios de 2021-2024, as seguintes metas:

I - **META 1B:** Ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste Plano.

II - **META 2A:** Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade.

Art. 3º. As informações exigíveis dos entes jurisdicionados serão prestadas nos termos do questionário constante do ANEXO ÚNICO, desta Instrução Normativa, cuja responsabilidade pela fidelidade e veracidade das informações prestadas recaem ao Ordenador de Despesas da Unidade Gestora Educação.

Art. 4º. Os Secretários Municipais de Educação serão notificados quanto às informações estabelecidas nos questionários dispostos no ANEXO ÚNICO desta Instrução Normativa, exclusivamente, por meio do Sistema de Processo Eletrônico TCM PA.

Parágrafo único. A publicização do questionário constante do ANEXO ÚNICO desta Instrução Normativa, por intermédio do Diário Oficial Eletrônico do TCM PA, já assegura aos Secretários Municipais de Educação a oportunidade de deflagração dos procedimentos administrativos internos, destinados ao levantamento das informações necessárias ao atendimento da determinação do TCM PA.

Art. 5º. As informações e documentos enviados pelas Secretarias terão caráter reservado, tendo acesso a eles somente o TCM PA.

Art. 6º. O encaminhamento das informações, na forma e prazo estabelecidos nesta Instrução Normativa é obrigatório aos municípios selecionados para esta ação.

§1º. A omissão no dever legal de prestar informações, destacadamente as detalhadas nesta Instrução Normativa, importará no enquadramento do ordenador responsável, junto às penalidades fixadas com base no art. 72, incisos IV, V e VII, da LC n.º 109/2016 c/c art. 698, inciso II, alíneas "a" e "b", c/c 698, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno do TCM PA.

§2º. A prestação de informações falsas, com inconsistências de dados ou, ainda, com outras irregularidades que venham a ser detectadas após análise dos achados de auditoria, com cruzamento de outros bancos de



dados disponíveis, serão comunicadas ao Ministério Público do Estado do Pará e Ministério Público Federal para adoção de providências de alçada, independentemente de outras apurações e repercussões no âmbito das competências próprias deste TCM PA.

Art. 7º. As manifestações encaminhadas ao TCM PA, nos termos do art. 5º, serão recepcionadas pela Coordenação de Fiscalização Especializada em Saúde e Educação com o objetivo de consolidação de relatórios de acompanhamento, seguindo-se, ato contínuo, à Presidência e aos respectivos Conselheiros-Relatores, para fins de análise e adoção de demais providências de alçada.

Art. 8º. Por intermédio da publicação da presente Instrução Normativa, junto ao Diário Oficial Eletrônico do TCM PA, ficam cientificados os municípios selecionados, os ordenadores de despesa e respectivos responsáveis pelos Controles Internos dos Poderes Públicos Municipais, das obrigações, formas, prazos para prestação de informações ao TCM PA, bem como das sanções decorrentes de sua inobservância.

Art. 9º. O encaminhamento digital/eletrônico das informações detalhadas nesta Instrução Normativa não desobriga a unidade jurisdicionada de manter devidamente arquivados, em sua sede, as informações, documentos e comprovantes relativos aos seus atos e que subsidiem a veracidade das informações declaradas, podendo o Conselheiro-Relator, a seu critério ou mediante provocação, requerer documentos complementares, para subsidiar a análise pelo órgão técnico.

Art. 10. O envio de dados, nos termos desta Instrução Normativa, não restringe a competência do Tribunal para examinar, por meio de outras espécies de fiscalização, a legalidade e a veracidade dos documentos e informações relativas às ações vinculadas ao atendimento da educação pública municipal.

Art. 11. O TCM PA poderá divulgar relatórios contendo dados e documentos, enviados nos termos desta Instrução Normativa, que tenham relevância pública e que não estejam legalmente protegidos por sigilo.

CAPÍTULO II

DAS ETAPAS DO ACOMPANHAMENTO

Art. 12. A metodologia para o Acompanhamento dos Planos Municipais de Educação será elaborada pela Coordenação de Fiscalização Especializada em Saúde e Educação, conforme disposto no ANEXO ÚNICO desta Instrução Normativa, contendo as seguintes etapas:

I - Levantar os municípios em risco de descumprimento das metas 1B e 2A;

II - Elaborar Termo de Alerta relativos aos municípios que estão em Risco de Descumprimento das Metas 1B e 2A;

III - Elaborar Termo de Alerta aos 144 (cento e quarenta e quatro) municípios relativos ao alinhamento dos PME'S (Metas 1B e 2A e Estratégias) com os instrumentos de planejamento: PPA/LDO/LOA e Plano de Ações Articuladas - PAR;

IV - Selecionar, para o exercício de 2021, 22 (vinte e dois) municípios de acordo com os critérios técnicos, observando o maior risco de descumprimento das metas 1B e 2A e estratégias dos Planos Municipais de Educação, conforme dados obtidos do site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (<http://portal.inep.gov.br>) e TC Educa (<https://tceduca.irbcontas.org.br/pne>);

V - Realizar aplicação de questionários online junto aos 22 (vinte e dois) municípios relacionados, solicitando informações e documentos da Administração do município, sobre o andamento do Plano Municipal de Educação, conforme ANEXO ÚNICO;

VI - Solicitar aos 22 (vinte e dois) municípios relatório sucinto da execução das ações e estratégias que estão sendo adotadas para o cumprimento das metas 1B e 2A, incluindo percentual de execução;



VII - Elaborar relatórios dos 22 (vinte e dois) municípios, acerca do andamento do Plano Municipal de Educação para envio ao Conselheiro Relator;

VIII - Selecionar 07 (sete) municípios, dentre os 22 (vinte e dois) já selecionados, que se encontram em alto risco de não atingimento das metas e estratégias educacionais, e que serão objeto de acompanhamento no período de 2022 a 2024, não excluindo a possibilidade de emissão de notificações e eventuais fiscalizações;

IX - Realizar estudo e avaliação da compatibilidade do PME com os instrumentos de planejamento dos 07 (sete) municípios selecionados, além da análise de informações demonstradas no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE) e no Relatório Eletrônico Integrado (REI);

X - Elaborar no 1º quadrimestre do ano subsequente de cada exercício financeiro Relatório de Acompanhamento do PME das 7 (sete) redes públicas municipais de ensino, conforme detalhamento no item “i”, e encaminhar ao Conselheiro Relator destacando o avanço de tendência anual do cumprimento das metas;

XI - Ao final da vigência dos PME’S (2024) será elaborado relatório consolidado contendo os municípios que não conseguiram alcançar as metas 1B e 2A, e encaminhado à Presidência a fim de dar conhecimento prévio, ao Colegiado e, sequencialmente, determinar a sua publicação, para o exercício do controle social.

CAPÍTULO III **DOS ENCAMINHAMENTOS DO RELATÓRIO TÉCNICO**

Art. 13. Após o recebimento dos relatórios de acompanhamento do PME, caberá ao Relator:

I - Notificar o município quanto a adoção de providências para o avanço nas ações e estratégias que visam o cumprimento das metas; ou

II - Decidir quanto à necessidade de realização de procedimento de fiscalização conjunta.

CAPÍTULO IV **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 14. Os casos omissos ou não previstos nesta Instrução Normativa, serão dirimidos mediante deliberação do Colegiado.

Art. 15. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 01 de dezembro de 2021.

MARA LÚCIA BARBALHO DA CRUZ
Conselheira/Presidente do TCM PA

ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARÃES
Conselheiro/Vice-Presidente do TCM PA

FRANCISCO SÉRGIO BELICH DE SOUZA LEÃO
Conselheiro/Corregedor do TCM PA

JOSÉ CARLOS ARAÚJO
Conselheiro/Vice-Presidente da Câmara Especial do TCM PA

LÚCIO DUTRA VALE
Conselheiro



ANEXO ÚNICO (Instrução Normativa nº 20/2021/TCMPA)

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (PME)

1. Informe o ato e data da norma de criação do Plano Municipal de Educação (PME). Anexar normativo em arquivo em PDF.

2. O plano em vigência define as instâncias responsáveis pelo seu monitoramento e avaliação?

() SIM

() NÃO

2.1. Considerando que na questão anterior, a resposta tenha sido afirmativa, informe quais instâncias, bem como o ato normativo de criação. Anexar normativo em arquivo em PDF.

3. Foi criado neste município o Fórum Municipal de Educação para acompanhamento, avaliação e monitoramento do PME?

() SIM

() NÃO

3.1. Se sim a pergunta anterior, dentre as instâncias responsáveis pelo monitoramento e avaliação do PME, aponte abaixo quais instâncias participativas fazem parte do Fórum:

4. Foi realizado estudo do plano a partir de leitura das metas, estratégias e indicadores pelas instâncias responsáveis pelo monitoramento e avaliação do PME?

() SIM

() NÃO

5. As instâncias responsáveis pelo monitoramento e avaliação do PME, avaliaram a compatibilidade do PME com o Plano Nacional de Educação (PNE)?

() SIM

() NÃO



6. A instâncias responsáveis pelo monitoramento e avaliação do PME certificaram-se de que nos Instrumentos de Planejamento da Administração Pública (Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, e Lei Orçamentária Anual - LOA) foram consignadas dotações orçamentárias no sentido de possibilitar a execução das estratégias necessárias ao alcance das metas do PME?

() SIM

() NÃO

7. As instâncias responsáveis pelo monitoramento e avaliação do PME realizaram revisão do Plano Municipal de Educação (PME)?

() SIM

() NÃO

8. Considerando a existência de instâncias responsáveis pelo monitoramento e avaliação do PME, aponte nas opções abaixo, o estágio de funcionamento dessas instâncias.

() Está funcionando e elaborando relatório de avaliação e monitoramento do PME;

() Está funcionando, mas ainda não realizou nenhum relatório de avaliação e monitoramento do PME;

() Encontra-se ativa, mas não iniciou o processo de avaliação e monitoramento do PME;

() Encontra-se inativa.

9. A meta 1A e estratégias respectivas do PME foram alcançadas?

() SIM

() NÃO

9.1. Quais os principais entraves que inviabilizam o alcance da meta 1A não atingida?

10. Qual a população de 0 a 3 anos de idade em 2021?

11. Qual a população de 0 a 3 anos de idade que frequenta a escola em 2021?

12. Qual a taxa de atendimento e o prazo estabelecido para a Meta 1B?



13. O Ente estabeleceu normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches?

() SIM

() NÃO

14. Informe o tipo, o número e a data da norma que estabeleceu os procedimentos e prazos dos mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches. Anexar normativo em arquivo em PDF.

15. O Ente promove a busca ativa (alunos matriculados) de crianças em idade correspondente à educação infantil? Se sim anexar, documento em PDF, que informe como é realizada a busca ativa.

() SIM

() NÃO

16. O Ente publica anualmente o levantamento da demanda manifesta por educação infantil em creches e pré-escolas?

() SIM

() NÃO

16.1. Informe o meio de publicação.

17. Qual a população de crianças de 6 a 14 anos de idade em 2021?

18. Qual a população de crianças de 6 a 14 anos de idade que frequenta a escola em 2021?

19. Qual a taxa de atendimento e o prazo estabelecido para a Meta 2A?
